



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA



CONTRATO Nº224 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA – SE POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, COMO CONTRATANTE E COMO CONTRATADO O PROFISSIONAL ESPECIFICADO ABAIXO, SIGNATÁRIOS DOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 37, INCISO IX, LEI FEDERAL 8.745/1993 E DA LEI MUNICIPAL Nº 06/2013, NOS SEGUINTES TERMOS:

O Município de Nossa Senhora Aparecida, Estado de Sergipe, por meio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, com sede na Avenida Abdon Jose Barreto, nº 1223, Centro, Nossa Senhora Aparecida – SE, CEP: 49.540-000 inscrito no CNPJ nº 13.101.308/0001-75, telefone (079) 3483-1212, Isenta de Inscrição Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **JULIO CESAR PEREIRA BATISTA**, com observância na Lei Municipal Nº 06/2013, denominado **CONTRATANTE** e a Sr.(a) **ANA APARECIDA SANTOS BARBOSA MUNIZ**, residente na rua Jonas Barreto, Nº 36, CPF: 039.884.395-33, identidade: 22022333 SSP/SE, inscrita no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região-**CREFITO-17** sob o nº **317042-F**, doravante como **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato se encontra regido pelo disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição da Republica Federal do Brasil, na Lei Federal 8.743/93 e na Lei Municipal 06/2013

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviços de **FISIOTERAPEUTA** pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, em Nossa Senhora Aparecida, Estado de Sergipe, consubstanciado no respectivo processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

As atividades previstas neste instrumento, obedecerão ao programa estabelecido pela Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde..

Parágrafo Único: Fica ajustado, nos termos do § 1º do art. 469 da CLT, que o **CONTRATANTE** poderá a qualquer tempo transferir, remanejar ou designar o **CONTRATADO** para prestar serviços em qualquer unidade da Saúde no âmbito do Município de Nossa Senhora Aparecida/SE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O prazo deste contrato é de até 06 (seis) meses, prorrogável uma única vez por igual período, por meio de termo aditivo, conforme a conveniência do **CONTRATANTE**, nos termos do inciso III do art. 4º da Lei nº 11.175, de 2019, especificamente para os casos de carência de pessoal em virtude de afastamentos e licenças de servidores efetivos e número insuficiente de servidores efetivos, conforme os incisos IV e V do caput do art. 2º da referida lei, com vigência a contar da data de efetivo exercício, conforme previsão em OS, podendo o mesmo ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa da parte interessada, observado o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência para comunicação à outra parte.

Este contrato vigorará de 01 de Julho até 31 de Dezembro de 2021.

Parágrafo único – É vedado o início de exercício antes da assinatura deste contrato, bem como não se admite prorrogação automática;

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A jornada de trabalho será de 30h (trinta) horas semanais, obrigando ao

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA



contratado/empregado, a exercer suas atividades em horário, diurno, noturno ou misto, com ou sem revezamento, a critério do CONTRATANTE/EMPREGADOR, desde que, seja avisado com no mínimo de 01 (uma) semana de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Dá-se a este contrato o valor mensal de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais)

Dá-se a este contrato o valor global de **R\$ 12.000,00** (doze mil reais).

Parágrafo 1º: O CONTRATANTE poderá descontar do salário do CONTRATADO o valor dos danos e prejuízos por ele causados por dolo, negligência, imprudência, imperícia ou má-fé.

Parágrafo 2º: Em caso de falta ou atrasos injustificados poderá ser descontado os dias faltantes, em cálculo aritmético da remuneração mensal pelos dias trabalhados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

0301 - Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde

10.122.0007.2.048 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Decorrente do Coronavírus.

3190.04.00 - Contratação Por Tempo Determinado

1.214.00 - Fonte

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DEVERES DO(A) CONTRATADO(A)

- a) Receber mensalmente o valor constante no § 1º da Cláusula Sexta;
- b) Ter livre e amplo acesso as dependências de seu local de trabalho;
- c) Cumprir pontualmente as atividades designadas por este instrumento público e/ou nos limites de sua atuação atividades designadas pelo seu chefe imediato;
- d) Atender de forma rigorosa aos programas estabelecidos pelo CONTRATANTE;
- e) Sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE/EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-as a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas, designadas e determinadas;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou por acordo, sendo que as alterações serão processadas através de TERMO DE ADITIVO, com as devidas razões que a justifique.

CLÁUSULA DECIMA – DA RESCISÃO:

O presente contrato poderá rescindido nos seguintes casos:

- a) Por razões de interesse público relevante, devidamente justificado, se pela administração em qualquer prazo, se pelo contratado, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias;
- b) Em comum acordo entres as partes, CONTRATANTE E CONTRATADO, que poderão de forma deliberada decidir pela rescisão antes de expirado o prazo, aplicando-se, neste hipótese, o disposto no art. 481 da CLT, no que couber.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E EFICÁCIA:

O presente contrato somente terá validade e eficácia depois de publicado por extrato, e, em caso de apresentada inconsistência até o mês subsequente.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO ARQUIVAMENTO:

O CONTRATANTE manterá cópia em original deste instrumento de Contrato e dos eventuais Termos Aditivos, em arquivo físico e virtualmente, por data de emissão e por gestão orçamentária, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO:

Para dirimir todas as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o Foro do Distrito Judiciário de Nossa Senhora Aparecida/SE da Comarca Ribeirópolis/SE.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em (03) três vias de igual teor e forma, pelas partes contratante e contratado(a) e pelas testemunhas abaixo.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 01 de Julho de 2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA



Julio Cesar Pereira Batista

NOME: JULIO CESAR PEREIRA BATISTA
CPF: 941.313.175-91
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Ana Aparecida Santos Barbosa Muniz

NOME: ANA APARECIDA SANTOS BARBOSA MUNIZ
CPF: 039.884.395-33
CONTRATADO(A)

Antonio Ricardo Cruz Neto

NOME:
CPF: 073.266.125-01
TESTEMUNHA

João Siqueira Santos Moraes

NOME:
CPF: 077.359.135-40
TESTEMUNHA

